

Capital - Foro Hely Lopes, 4ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte BOTTINO E DEL SASSO ADVOGADOS;

Protocolo 20180000605, Processo 0420523-48.1996.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Central, 1º Setor de Execuções Contra a Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte REGINA QUERCETTI COLERATO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA;

Protocolo 20180000552, Processo 0409230-18.1995.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 11ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte INNOCENTI ADVOGADOS ASSOCIADOS;

Protocolo 20180000589, Processo 0005315-91.2011.8.26.0238, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 11ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte VALDIONOR PLACIDO VIEIRA DA SILVA;

Protocolo 20180000590, Processo 0005315-91.2011.8.26.0238, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 10ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte ALVARES DE CASTRO, Adv ALEXANDRE COSTA FREITAS BUENO;

Protocolo 20180000534, Processo 0052500-15.2008.5.15.0133, Tribunal Regional do Trabalho - 15ª Região - Campinas, Seção Judiciária de São José do Rio Preto, 4ª Vara do Trabalho, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte MARCOS ROBERTO ROSSIGNELI DE OLIVEIRA, Adv CASSEB E CASSEB ADVOGADOS ASSOCIADOS;

Protocolo 20180000576, Processo 0068789-54.2010.8.26.0114, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 10ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte ALVARES DE CASTRO, Adv ALEXANDRE COSTA FREITAS BUENO;

Protocolo 20180000625, Processo 0025814-16.2004.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 10ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte L J COMERCIO E CONSTRUCOES LTDA, Adv ROBERTO CALVO ADVOGADOS ASSOCIADOS;

Protocolo 20180000628, Processo 0025814-16.2004.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 10ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte ROBERTO CALVO ADVOGADOS ASSOCIADOS;

Protocolo 20180000626, Processo 0025814-16.2004.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 10ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte MANGE ADVOGADOS ASSOCIADOS, Adv ROBERTO CALVO ADVOGADOS ASSOCIADOS;

Protocolo 20180000627, Processo 0025814-16.2004.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 10ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte PAULTEC CONSTRUÇÕES LTDA, Adv ROBERTO CALVO ADVOGADOS ASSOCIADOS;

Protocolo 20180000629, Processo 0025814-16.2004.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 10ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte ROBERTO CALVO ADVOGADOS ASSOCIADOS;

Protocolo 20180000553, Processo 0409230-18.1995.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 11ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte INGO KUEHN, Adv INNOCENTI ADVOGADOS ASSOCIADOS;

Protocolo 20180000536, Processo 0035150-44.2004.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 7ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte JOSE WILLIAN FERREIRA PARREIRA, Adv RICARDO LUIZ MARCAL FERREIRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS;

Nos termos e para os fins do Decreto 62.350, de 26-12-2016, o Procurador Geral do Estado faz saber que foram INDEFERIDOS os seguintes acordos:

Protocolo 20180000485, Processo 0008190-85.2003.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 12ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte APARECIDA CLELIA BUZATO DIAS, Adv CLAUDIA MACEDO GARCIA PIRES, o requerimento em análise não reúne as condições exigidas pelo Decreto 63.153, de 16-01-2018 e Resolução PGE 13, de 26-04-2017 (art. 4º, inciso III, Resolução PGE 13, de 26-04-2017);

Protocolo 20180000484, Processo 1243/1998, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 11ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte INNOCENTI ADVOGADOS ASSOCIADOS, o requerimento em análise não reúne as condições exigidas pelo Decreto 63.153, de 16-01-2018 e Resolução PGE 13, de 26-04-2017, não tendo havido a comprovação de trânsito em julgado dos embargos à execução (art. 4º, inciso III, Resolução PGE 13, de 26-04-2017);

Protocolo 20180000481, Processo 1243/1998, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 11ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte JORGE FERNANDO SERNAGLIA, Adv INNOCENTI ADVOGADOS ASSOCIADOS, o requerimento em análise não reúne as condições exigidas pelo Decreto 63.153, de 16-01-2018 e Resolução PGE 13, de 26-04-2017, não tendo havido a comprovação de que se trata de "titular de precatório de valor certo, líquido e exigível" (art. 4º, incisos I e II, Resolução PGE 13, de 26-04-2017), pendendo discussão sobre o valor do precatório;

Protocolo 20180000483, Processo 1243/1998, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 11ª Vara da Fazenda Pública, Entidade PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, Reqte INNOCENTI ADVOGADOS ASSOCIADOS, o requerimento em análise não reúne as condições exigidas pelo Decreto 63.153, de 16-01-2018 e Resolução PGE 13, de 26-04-2017, não tendo havido a comprovação de trânsito em julgado relativo aos embargos à execução (art. 4º, incisos III, Resolução PGE 13, de 26-04-2017);

Protocolo 20180000474, Processo 0407495-81.1994.8.26.0053, Tribunal de Justiça 1º Grau - SP, Comarca da Capital - Foro Hely Lopes, 8ª Vara da Fazenda Pública, Entidade INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DE SAO PAULO, Reqte JOAO REY ROSA FILHO, Adv INNOCENTI ADVOGADOS ASSOCIADOS, o requerimento em análise não reúne as condições exigidas pelo Decreto 63.153, de 16-01-2018 e Resolução PGE 13, de 26-04-2017, não tendo havido a comprovação de que se trata de "titular de precatório de valor certo, líquido e exigível" (art. 4º, incisos I e II, Resolução PGE 13, de 26-04-2017).

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicado

A Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos - Escola Superior da PGE COMUNICA que no dia 13-08-2018 foi realizado o sorteio para participação no curso de extensão em "Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas", promovido pela Escola Superior da PGE, a ser realizado no período entre de 15 de agosto a 05-12-2018, localizada na Rua Pamplona, 227 - 2º andar, Bela Vista, São Paulo - SP, com aulas semanais, às quartas-feiras, das 8h às 12h, nos termos do comunicado publicado no D.O. de 09-08-2018. Foram recebidas 49 (quarenta e nove) inscrições no total, sendo 36 (trinta e seis) inscrição na modalidade presencial e 13 (treze) inscrições na modalidade streaming. Segue abaixo a relação das inscrições deferidas, com a definição da ordem de suplência:

INSCRIÇÕES PRESENCIAIS DEFERIDAS:

1. Camila Rocha Cunha Viana
2. Eugenia Cristina Cleto Marolla
3. Caio Augusto Nunes de Carvalho
4. Andre Rodrigues Junqueira
5. Marcia de Oliveira Ferreira Aparicio
6. Julia Maria Planamente Silva
7. Elaine Vieira da Motta
8. Ana Lucia Correa Freire Pires de Oliveira Dias
9. Fabio Augusto Daher Montes
10. Eraldo Ameruso Ottoni
11. Julio Rogerio Almeida de Souza
12. Cristiana Correa Conde Faldini
13. Laura Baracat Bedicks
14. Joao Carlos Pietropoalo
15. Rosana Martins Kirschke
16. Suzana Soo Sun Lee
17. Adriana Mazieiro Rezende
18. Diego Brito Cardoso
19. Thiago Blumer Marangone
20. Ana Cristina Angelucci de Souza Nogueira
21. Bruno Novais Medeiros
22. Wladimir Bustelli
23. Andrea Marques Fontao
24. Stefanie de Souza Prazeres
25. Leticia Aparecida Pereira Guadany
26. Juliana Aguilera do Nascimento Silva Guedes
27. Alcione Barbosa
28. Alvenir Calcanho de Oliveira
29. Camila Guimarães Rodrigues
30. Debora Fantasma de Souza Rodrigues
31. Nayara Nunes de Freitas
32. Tereza Cristina Quaresma de Freitas
33. Zora Ionara Oliveira Dourado
34. Marjorie Iacopini
35. Kézia Fernanda dos Santos Nascimento
36. Andreluci de Oliveira Barbosa Figueiredo

INSCRIÇÕES STREAMING DEFERIDAS:

1. Natalia Musa Dominguez Nunes
2. Luciano Alves Rossato
3. Fabrizio Lungarzo o Connor
4. Vinicius Teles Sanches
5. Michele Daiana Donda dos Santos
6. Alexandre Bento dos Reis
7. Rosangela Pereira de Souza Domingues
8. Glaucia Valderez Zamboni
9. Hugo Leonardo Scalco de Melo
10. Weid Ricardo Domingos
11. Daniel Barros Horta
12. Silvia Arantes do Amaral
13. Jaqueline Borges Zacharini

Comunicado

Abertura de Prazo de Inscrições para Admissão no Curso de Extensão Direito Ambiental e Aspectos da Regularização Fundiária.

A Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos - Diretora da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo comunica que estão abertas as inscrições para o curso de extensão em "Direito Ambiental e Aspectos da Regularização Fundiária", realizado pela ESPGE.

O curso será realizado no período de 10 de setembro a 12-11-2018, às segundas-feiras, das 8h às 12h, com 40 horas-aula, conforme programação anexa, e são disponibilizadas, gratuitamente, 20 (vinte) vagas presenciais e 10 (dez) vagas via "streaming" aos Procuradores do Estado, Procuradores Autárquicos e servidores em exercício na Procuradoria Geral do Estado com curso superior.

Preenchida 50% das vagas presenciais inicialmente abertas ao público alvo indicado no parágrafo anterior, nos termos do § 2º do artigo 3º do Regimento Interno da ESPGE, as vagas remanescentes poderão ser completadas por servidores públicos, com curso superior, de outros órgãos e entidades estaduais, nas mesmas condições oferecidas aos Procuradores e aos servidores em exercício na PGE.

Os pedidos de inscrição deverão ser encaminhados ao Serviço de Aperfeiçoamento do CE, até o dia 03-09-2018, às 14h30, por meio do sistema informatizado, acessível na área restrita do site da ESPGE/SP, Consulta Cursos.

Link acesso área restrita ESPGE: http://www.pge.sp.gov.br/ESPEGE_2016/loginESPEGE.aspx

Caso fique constatado excedente no número de inscritos é possível aumentar em até 20% do total de vagas ofertadas.

O processo seletivo consistirá na análise do currículo, preenchido/anexoado no formulário de inscrição online.

A divulgação do resultado final com o nome dos aprovados será publicada no site da ESPGE no dia 04-09-2018, bem como as instruções para realização de matrícula e relação de documentos a serem apresentados.

As aulas serão realizadas na ESPGE, localizada na Rua Pamplona, 227 - 2º andar, Bela Vista, São Paulo/SP. Para obtenção do Certificado de Extensão Universitária, o aluno deverá ter, no mínimo, 75% de frequência e atender aos critérios de avaliação constante do item 4 do Anexo I.

Os alunos interessados terão seus artigos encaminhados à Comissão Editorial para análise e, se aprovados, serão publicados na Revista da ESPGE de 2018.

O link da transmissão via "streaming" será disponibilizado na área restrita da página da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo na internet. As eventuais perguntas serão encaminhadas aos participantes por meio de comunicação via "notes" para o ESPGE - Corpo Discente/PGE/BR - espege.corpodiscente@sp.gov.br. Ainda, poderão ser disponibilizados outros meios de interação virtual, como Skype, Youtube e WhatsApp.

Na modalidade streaming, a frequência para emissão de certificado será computada por notes, devendo o aluno encaminhar, até às 23h do mesmo dia, breve resumo da exposição (5 a 10 linhas) para o ESPGE-Corpo Discente/PGE/BR - espege.corpodiscente@sp.gov.br.

Os inscritos não poderão requerer diárias e reembolso de transporte, em razão da transmissão das aulas pela internet, nos termos da Resolução PGE 08, de 12-05-2015, e do Decreto 48.292, de 2.12.2003.

CALENDÁRIO - PROCESSO SELETIVO CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO AMBIENTAL E ASPECTOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

FASES	DATAS
Inscrições	14 de agosto a 3 de setembro de 2018 (14h30)
Autorização da Chefia	Até 3 de setembro de 2018 (14h30)
Resultado do Processo Seletivo	4 de setembro de 2018
Desistência	Até 5 de setembro de 2018
Convocação da Lista de Espera	6 de setembro de 2018
Início das aulas	10-09-2018

Anexo I

Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo

Projeto de Curso de Extensão

DIREITO AMBIENTAL E ASPECTOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1. Ementa: O tema reflete a tensão própria do desenvolvimento sustentável. O Estado ao lado da coletividade é protagonista na defesa do Meio Ambiente e possui como objetivos fundamentais da República dentre outros: garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais Neste cenário, diante da complexidade que envolve a questão, a matéria está presente na atuação da Advocacia Pública tanto no âmbito do contencioso como consultivo.

2. Autoria: O projeto é de autoria da Profa. Dra. Patrícia Faga Iglecias Lemos

3. Carga Horária: O curso compreende a carga horária de 40 horas/aula.

4. Avaliação: A avaliação refletirá:

- a) O computo de notas atribuídas aos seminários - Peso 9; Os seminários devem ser enviados para o e-mail espege.corpodiscente@sp.gov.br até às 23h59 do dia anterior ao que será realizado o debate em sala de aula, conforme a programação - Anexo II.
- b) A elaboração de um artigo (15 a 20 laudas) versando sobre um dos temas tratados no curso - Peso 1.

BIBLIOGRAFIA:

ALVIM, Agostinho. Da inexecução das obrigações e suas consequências. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

ARAGÃO, Maria Alexandra de Sousa. Direito dos resíduos. Cadernos Cedoua. Coimbra: Almedina, 2003.

_____. O princípio do nível elevado de proteção e a renovação ecológica do direito do ambiente e dos resíduos. Coimbra: Almedina, 2006.

_____. O princípio do poluidor-pagador. Coimbra: Coimbra Ed, 1997.

AGOGLIA, María Martha. El daño jurídico: enfoque actual. Buenos Aires: La Ley, 1999.

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social. Novos estudos e pareceres de direito privado. São Paulo: Saraiva, 2009.

BALDASSARI, Augusto. Il danno patrimoniale. Padova: Cedam, 2001.

BAR, Christian von. The Common European Law of Torts. New York: Oxford University Press, 2005. 2 v.

BENJAMIN, Antonio Herman V. Comentários ao Código de Proteção ao Consumidor. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. O princípio do poluidor-pagador e a reparação do dano ambiental. In: BENJAMIN, Antonio Herman V. (coord.). Dano ambiental: prevenção, reparação e ressarcimento. São Paulo: Ed. RT, 1992.

BIANCA, Massimo. Diritto civile: la responsabilità. Milano: Giuffrè, 1994. 5 v.

CARVALHO, Délon Winter de. Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense.

DÍEZ-PICAZO, Luis. Derecho de daños. Madrid: Civitas, 1999.

FRANÇA, Limongi. Reparação do dano moral. Revista dos Tribunais, v. 631, p. 29-38, 1988.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. Responsabilidade civil pelo risco da atividade. São Paulo: Saraiva, 2009.

GOLDENBERG, Isidoro H. La relación de causalidad en la responsabilidad civil. 2. ed. Buenos Aires: La Ley, 2000.

JONAS, Hans. Le principe responsabilité: une éthique pour la civilisation technologique. Trad. J. Greisch. Paris: Cerf, 1990.

LAVRATTI, Paula; PRESTES, Vanêsa Buzelato. Legislação brasileira sobre resíduos: possibilidades e potencialidades de mitigação para as mudanças climáticas. Revista de Direito Ambiental, n. 56, out.-dez. 2009.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 5. Ed. São Paulo: Ed. RT.

LEMS, Patrícia Faga Iglecias. Meio ambiente e responsabilidade civil do proprietário: análise do nexos causal. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2012.

_____. Direito Ambiental. Coleção Elementos do Direito: Difusos e coletivos. São Paulo: RT, 2012, vol. 15.

_____. Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2012.

_____. Consumo sustentável e desmaterialização no âmbito do direito brasileiro. Revista CEDOUA. no. 29, XV, 2012. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

LIMA, Alvinio. Culpa e risco. 2. ed. rev. e atual. pelo Prof. Ovidio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Ed. RT, 1998.

LOPEZ, Teresa Ancona. Princípio da precaução e evolução da responsabilidade civil. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

_____. Estudos e pareceres sobre livre arbítrio, responsabilidade e produto de risco inerente: o paradigma do tabaco. Aspectos civis e processuais. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 20 ed, 2012.

MATEO, Ramón Martín. Manual de derecho ambiental. Madrid: Trivium, 1998.

_____. Tratado de derecho ambiental. Madrid: Trivium, 1991. 1 v.

MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. São Paulo: RT, 10. ed, 2015.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil. Direito, Estado e Sociedade, n. 29, 2006.

NALINI, Renato. Ética ambiental. 2. ed. Campinas: Milenium, 2003.

NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2003. 1 v.

NUSDEO, Fábio. Desenvolvimento e ecologia. São Paulo: Saraiva, 1975.

NUSDEO, Ana Maria de Oliveira. Pagamento por serviços ambientais. São Paulo: Atlas, 2012.

PRIEUR, Michel. Droit de l'environnement. 5. ed. Paris: Dalloz, 2004.

POLIDO, Walter Antonio. Seguro para riscos ambientais. São Paulo: Ed. RT.

SCHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2007.

ANEXO II

PROGRAMAÇÃO DO CURSO DE EXTENSÃO DIREITO AMBIENTAL E ASPECTOS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1.ª aula - 10-09-2018 -segunda-feira
NOCÕES GERAIS SOBRE A TUTELA DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL
 8h às 10h

Meio ambiente como direito fundamental;
 Princípios informativos das funções socioambientais;
 Proteção ambiental no contexto da sociedade de risco;
 Princípios da regularização fundiária.
 Professora Patrícia Faga Iglecias Lemos
 10h às 12h

Desapropriação;
 Espécies de desapropriação;
 Reflexos fundiários;
 Questões concretas e desafios.
 Professor Caio Cesar Guzzardi da Silva
 2.ª aula - 17-09-2018 -segunda-feira

FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE E SEU PAPEL NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
 8h às 10h

Povos e comunidades tradicionais;
 Desafios ligados as comunidades tradicionais
 Professor Antônio Carlos Diegues
 10h às 12h

Conceito de função socioambiental x Direito à moradia;
 Responsabilidades dos titulares/possuidores de áreas.
 Professor Emanuel Fonseca lima
 3ª aula - 24-09-2018 -segunda-feira

BEM AMBIENTAL, SUJEITOS DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

8h às 10h

Configuração do bem ambiental e dupla titularidade;
 Sujeitos ativos da proteção ambiental;
 Sujeitos passivos da proteção ambiental;
 Regularização fundiária e experiências do direito comparado.
 Professora Patrícia Faga Iglecias Lemos
 10h às 12h

Seminário: Desapropriação
 4.ª aula - 01-10-2018 - segunda-feira
 8h às 10h

Seminário: Casos inovadores de regularização fundiária nos Estados brasileiros
 10h às 12h

ATIVIDADES NOTARIAIS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A DESJUDICIALIZAÇÃO

Decreto Federal 9.310/2018;
 Atuação dos notários;
 Medidas urbanísticas

Espécies de regularização fundiária: de interesse social; de interesse específico; inominada e de interesse social em imóveis públicos.

Professor Ricardo Cintra Torres de Carvalho
 5.ª aula -- 08-10-2018 - segunda-feira

INSTITUTOS DE DIREITO CIVIL NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

8h às 10h
 Usucapão;
 Concessão de uso/moradia

Regularização fundiária urbana;
 Legitimação da posse e legitimação fundiária;
 Professor André Luiz dos Santos Nakamura
 10h às 12h

Condomínios e regularização fundiária
 Direito real de laje;

Professora Cristiana Corrêa Conde Faldini
 6.ª AULA -15/10/2018 - segunda-feira
 8h às 10h

Áreas protegidas (conceitos);
 Regularização e descaracterização em áreas protegidas

Professora Ana Carolina Corberí Famá Ayoub e Silva
 10h às 12h

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
 Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
 Concessão de unidades de conservação e implicações relativas a regularização fundiária;

Comunidades tradicionais que ocupam unidades de conservação
 Professor Rodrigo Levkovicz
 10h às 12h

Seminário
 8.ª AULA -29/10/2018 -segunda-feira
 8h às 10h

Loteamento e Origem e das Áreas Verdes
 Professora Cristiana Corrêa Conde Faldini
 10h às 12h

Seminário
 9.ª AULA - 5/11/2018 -segunda-feira
 8h às 10h

Ações Discriminatórias e Desafios na Regularização de Terras Devolutas

Professor André Luiz dos Santos Nakamura
 10h às 12h